

Crise da geopolítica do petróleo no Brasil e o ‘mundo invisível’ das para-petroleiras

Crisis of oil geopolitics in Brazil and the ‘invisible world’ of the machinery and services oil industry

IDERLEY COLOMBINI | iderley_colombini@hotmail.com

Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ) e Técnico Pesquisador do DIEESE.

Recebimento do artigo Fevereiro de 2020 | **Aceite** Maio de 2020

Resumo O debate sobre a geopolítica do petróleo tem se acirrado no Brasil desde a crise internacional de 2014, a qual ganhou contornos mais dramáticos com os desdobramentos políticos da operação Lava Jato e com as profundas transformações institucionais sofridas pelo país desde 2016. O setor de petróleo e gás passou por uma profunda transformação, com grande destaque para a perda de operadora única dos campos do Pré-sal da Petrobrás e a entrada das grandes petroleiras internacionais no Brasil. Contudo muito pouco tem sido analisado sobre outros elementos da disputa geopolítica em torno do petróleo que não a extração do óleo em si, como é o caso do controle da indústria e das tecnologias que envolvem essa produção. Dessa forma, nesse estudo busca-se analisar as transformações recentes no setor de serviços e fornecimento de máquinas e equipamentos (empresas denominadas de para-petroleiras) para a extração do petróleo no Brasil sob o prisma da geopolítica das disputas capitalistas internacionais. **Palavras-Chave** geopolítica do petróleo, economia política internacional, Brasil, para-petroleiras e economia industrial.

Abstract The debate on the geopolitics of oil has been raging in Brazil since the international crisis of 2014, which gained more dramatic national outlines with the political developments of the Car Wash operation and with the profound institutional transformations suffered by the country since 2016. The oil sector it underwent a profound transformation, with great emphasis on the loss of a single operator in the Petrobras Pre-salt fields and the entry of major international oil companies in Brazil. However, very little has been analyzed about other elements of the geopolitical dispute over oil other than the extraction of oil itself, such as the control of the industry and the technologies that involve this production. Thus, this study seeks to analyze the recent transformations in the service and supply sector of machinery and equipment (companies called para-oil companies) for the extraction of oil in Brazil from the perspective of the geopolitics of international capitalist disputes. **Keywords** geopolitics of oil, international political economy, Brazil, para-oil companies and industrial economy.

1. Introdução

O debate sobre a geopolítica do petróleo tem se acirrado no Brasil desde a crise internacional de 2014, que ganhou contornos mais dramáticos com os desdobramentos políticos da operação Lava Jato e com as profundas transformações institucionais sofridas pelo país desde 2016. O setor de petróleo e gás passou por uma profunda transformação, com grande destaque para a retirada da Petrobrás como operadora única dos campos do Pré-sal e a entrada das grandes petroleiras internacionais no Brasil. Contudo muito pouco tem sido analisado sobre outros elementos da disputa geopolítica em torno do petróleo que não a extração do óleo em si, como é o caso do controle da indústria e das tecnologias que envolvem essa produção. Grande parte dos estudos sobre as prestadoras de serviço e de máquinas e equipamentos para a exploração e produção de petróleo ficam restritos à uma análise reducionista de uma organização industrial, como se a competitividade e a inovação explicassem todos os determinantes do setor.

As empresas fornecedoras das máquinas e equipamentos, conhecidas como para-petroleiras, se estabelecem em todos os países produtores e entorno de todas as empresas petroleiras devido à alta tecnologia empregada e as propriedades de patentes internacionais. A função chave desempenhada na produção de petróleo junto com sua quase onipresença territorial, garante às para-petroleiras um grande poder na cadeia global de petróleo. Dessa forma a crise recente do petróleo no Brasil deve ser compreendida também dentro dessa disputa muitas vezes 'invisível' das para-petroleiras internacionais pelo controle tecnológico da cadeia de petróleo global.

A invisibilidade da disputa entre as gigantes para-petroleiras pelo controle tecnológico da cadeia global de petróleo não acontece apenas devido aos grandes interesses em disputa (como governos e grandes corporações financeiras), mas também pela própria tradição dos estudos e análises do mundo do petróleo. As análises existentes do setor de serviços e suprimento de máquinas e equipamentos ficam restritas aos estudos de competitividade e inovação, acreditando em um mundo determinado por racionalizações das firmas e dos contratos, em que as disputas e interesses políticos seriam apenas elementos exógenos que idealmente deveriam ser eliminados. Um grande número de análises sobre o petróleo fica restrita a um percurso histórico ou a uma discussão dos fatores determinantes do preço. Apesar da enorme importância dos estudos históricos do petróleo, eles possuem uma tendência de reconstruir os fatos e os padrões de exploração e comercialização, apagando os elementos mais constitutivos da disputa geopolítica. O debate sobre a formação do preço do petróleo, de forma análoga, tende a um economicismo, em que defensores da oferta ou da demanda tiram de cena a totalidade do mundo do petróleo para a constituição das relações capitalistas internacionais.

A crise brasileira iniciada em 2014 possui uma grande centralidade da disputa geopolítica do petróleo, desde a forte queda dos preços internacionais e o início da operação Lava Jato na Petrobrás em 2014, até o processo de impeachment e a completa reversão do modelo institucional de exploração de petróleo no país a partir de 2016. Se por um lado a desarticulação da Petrobrás e os interesses das grandes petroleiras tem sido atrelado a derrota geopolítica sofrida pelo Brasil (pelo menos nas análises mais críticas), muito pouco tem sido dito sobre a destruição da indústria e da pesquisa científica nacional em torno do petróleo para a reposição das gigantes para-petroleiras internacionais.

É a partir de um quadro mais totalizante da disputa geopolítica do petróleo, que envolve vários elementos de constituição das relações capitalistas internacionais, que esse estudo pretende abordar a disputa nos anos recentes entre as empresas para-petroleiras no Brasil, tendo como foco principal as grandes prestadoras de serviço e fornecedoras de máquinas e equipamentos. Na segunda seção, após essa introdução, trata-se de um debate mais conceitual sobre a geopolítica do petróleo, com a finalidade de clarear os elementos mais constitutivos dessa disputa dentro das relações capitalistas internacionais. Na terceira seção aborda-se a crise do petróleo recente no Brasil, apresentando os traços gerais da derrota geopolítica sofrida pelo país. Na quarta seção, trata-se enfim da disputa pelo fornecimento das tecnologias, máquinas e equipamento do setor de petróleo no país, tendo como eixo principal a tentativa de construção de uma indústria nacional até sua derrocada para a reposição do controle das gigantes mundiais. Por fim na última seção, busca-se apresentar alguns elementos de caráter conclusivo, abordando os pontos principais desse estudo.

Geopolítica do petróleo em seus elementos constitutivos

As análises históricas do 'mundo do petróleo' caem muitas vezes na falácia de que o mero recontar dos fatos já trouxesse a verdade, sem um aprofundamento nas distintas formas conceituais de tratar o tema e as complexas vertentes possíveis da disputa geopolítica. As análises com relação aos determinantes do preço do petróleo tendem a um certo reducionismo economicista, em que ou os fatores de demanda ou de oferta (e produção) se tornam o objeto único de debate. Dessa forma ambas as análises acabam por desconsiderar os elementos constitutivos da disputa geopolítica pelo petróleo, não apenas em seus termos financeiros, mas como a geopolítica do petróleo faz parte da própria constituição das relações capitalistas internacionais, assim como dos monopólios financeiros e tecnológicos hegemônicos.

As narrativas históricas do mundo do petróleo (ver: YERGIN, 1991, 2011 e TORRES, 2004) partem de como esse se tornou peça central no capitalismo mundial do pós-guerra, passando de um regime cartelizado pelas grandes operadoras mundiais, até o surgimento da OPEC no final dos anos de 1960, sua crise nos anos de 1970 e a formação de um novo ordenamento com a consolidação de mercado mundial do petróleo, sob a égide dos ditames das políticas energéticas e militar dos EUA. Com o novo ordenamento do mercado do petróleo, a partir dos anos de 1980, se intensificaram os debates com duas centralidades específicas, uma mais geopolítica sobre o controle e dominação imposto pelas políticas militar e energética dos EUA, e outra mais voltada a análise de quais seriam os determinantes do preço do petróleo nesse novo mercado globalizado que se formara. Ainda nesse segundo grupo, focado nos preços, haveria uma grande diversidade de visões conforme a escolha de quais seriam os seus principais determinantes: escassez do petróleo (*peak oil*), demanda e consumo dos países, especulação pelos mercados financeiros, custos marginais das produções em novos campos, rendas de exploração dos países produtores etc.

Com a 'globalização dos mercados' a partir da década de 1980 e a criação dos mercados futuros de petróleo, se estabeleceu um grande debate de qual seria o impacto dessas transações financeiras para os preços de transação física do petróleo. Alguns analistas consideram as mu-

danças nas relações fundamentais de oferta e demanda como os únicos fatores dos movimentos dos preços das commodities e argumentam que a maior participação de investidores financeiros teria, em realidade, moderado as oscilações de preço (ver, por exemplo, SANDERS E IRWIN, 2010). Outros argumentam que a financeirização dos mercados de commodities teve impactos consideráveis nos preços (ver, por exemplo, GILBERT, 2010; TANG E XIONG, 2010 e UNCTAD 2009). Há ainda autores inseridos nesse debate da relação entre os preços e as transações financeiras que apontam para um impacto apenas no curto prazo, tendo uma tendência de prevalecer os “determinantes estruturais” do mercado (DAVIDSON, 2008; FATTOUH et al, 2013 e SERRANO, 2013).

Outro elemento importante do debate sobre os preços do petróleo se estabelece devido ao forte aumento nos anos 2000 (*‘boom das commodities’*), o que coloca em muitas análises o ‘efeito-China’ como grande causador (PINTO E CINTRA, 2017; SVAMPA, 2011; GUDYNAS, 2012 e ACOSTA, 2011). Esse argumento, com grande enfoque para a demanda, foi rebatido pelas análises que colocam importância nas estruturas produtivas para a formação dos preços (BINA, 2013 e SERRANO, 2013), dando destaque para as disputas pelas rendas do petróleo e da política energética norte-americana. O efeito demanda chinesa e a especulação financeira teriam impactos reduzidos nos preços em detrimento dos custos de produção nos novos campos de exploração, com centralidade para a exploração dos campos norte-americanos. Os EUA, via seu poder militar e político no Oriente Médio, em especial na Arábia Saudita, agiriam no sentido de manter os preços elevados nos anos 2000 para garantir a viabilidade da sua produção nacional, o que teria sido intensificado pelos altos custos da exploração nos seus novos campos (SERRANO, 2013 e FIORITTI, 2016).

Uma abordagem mais crítica, dentro desse quadro das análises do mercado do petróleo, pode ser vista nos estudos com foco nos conflitos geopolíticos, movimentos imperialistas e as formas de dominação e exploração que são submetidos os países produtores para obtenção do tão precioso petróleo (O’CONNOR, 1962; NORE AND TURNER, 1980; BINA, 1985; BROMLEY, 1991; MIDNIGHT NOTES, 1992; WATTS, 1994; JHAVERI, 2004; LE BILLON AND EL KHATIB, 2004; CAFFENTZIS, 200; JUHASZ, 2008 e LABBAN, 2008). Essas leituras, apesar da sua importância na percepção dos efeitos perversos para os territórios e para as populações dos países produtores, se concentram na geopolítica do petróleo a partir de uma redução na disputa pela apropriação das rendas desse mercado e os impactos sociais e políticos consequentes.

Dentro dessa geopolítica do petróleo é importante ter como elemento central não apenas a disputa pela apropriação das rendas do produto em si, mas principalmente a disputa pelos processos de constituição das relações capitalistas que esse mercado propicia, seja pela consolidação do padrão financeiro internacional ou pela consolidação do padrão tecnológico, que vai desde a determinação dos padrões energéticos quanto das indústrias de máquinas e equipamentos. A disputa geopolítica do petróleo também se materializa nas formas de transação monetária (como o seu atrelamento ao dólar e na consolidação das redes financeiras internacionais) e nos padrões tecnológicos e produtivos, tanto na enorme demanda de máquinas e equipamentos quanto no potencial de investimento em C&T.

Durante os anos de 1960 os países grandes produtores de petróleo, basicamente Venezuela e países do Oriente Médio, começam a se rebelar contra os contratos firmados na década de 1940, no que culminou na tão conhecida OPEP. Dentro desse mesmo movimento também

merece destaque a nacionalização das empresas de petróleo por esses países produtores ao longo dos anos de 1960 e as revisões dos contratos de concessão nos anos de 1970, que culminou com o choque do petróleo de 1973.

O fim do padrão dólar-ouro e o colapso do sistema Bretton Woods em 1971, juntamente com a explosão dos preços do petróleo em 1973 irão impor um grande endividamento em dólar aos países. O aumento dos preços do petróleo durante os anos de 1970, juntamente com a imposição do seu atrelamento ao dólar, como moeda internacional, levou a formação dos vultuosos montantes de petrodólares, transacionados pelos bancos europeus de forma desregulada. Esse processo serviu para alastrar os efeitos da crise do capitalismo dito 'fordista-keynesiano' pelo mundo, que através do endividamento em dólar obrigou os países em desenvolvimento a arcarem com a disparada inflacionária e creditícia dos EUA.

No começo de 1972 se inicia as liberalizações e desregulações dos mercados financeiros, sendo criados os primeiros mercados com contratos futuros de moedas. Ao longo da década de 1970 ainda seriam incorporados os contratos de opções de ativos financeiros, os contratos futuros de taxas de juros e de títulos do tesouro. No começo de 1973 os instrumentos de controle de capitais foram eliminados pelos EUA, vetando em seguida uma tentativa dos Europeus e Japoneses de criarem uma nova moeda internacional emitida pelo Fundo Monetário Internacional, que centralizaria a intermediação dos excedentes dos países produtores de petróleo (HELLEINER, 1994). No começo dos anos de 1980 os preços oficiais da OPEP foram abolidos e os contratos com óleo saudita passaram a adotar o princípio do *netback pricing*, em que se acompanha os preços praticados no mercado à vista, menos de uma margem preestabelecida. Dessa maneira também se eliminou os controles administrativos sobre produção e preços, existentes desde a década de 1930, permitindo a integração entre o consumo, a produção e a formação de preço do óleo nos Estados Unidos com o restante do mercado mundial.

Ainda nos primeiros anos da década de 1980 foram criados os mercados futuros de petróleo e seus derivados. A *International Petroleum Exchange*, atualmente ICE Futures (desde junho de 2005), foi criada em Londres em 1980, tendo contratos futuros e de opções, consolidando o *Brent* como o principal balizador do petróleo no mundo, assim como sua cotação e transação em dólar. Em 1983 a Bolsa de Mercadorias de Nova York iniciou suas operações com futuros de petróleo e seus derivados, estabelecendo o *West Texas Intermediate* (WTI) como o seu benchmark do preço do petróleo, também atrelado ao dólar.

Como mostra as análises mais críticas da economia política do petróleo, toda essa nova relação do petróleo foi construída em cima de muita luta nos planos concretos dos territórios, através de guerras, destituição de governos, fracionamento das populações, extermínios e com a imposição militar dos norte-americanos e europeus sob os países produtores. Em paralelo aos processos de controle e exploração direta nos países produtores, a criação dos mercados futuros e da formação dos preços através da globalização dos mercados financeiros (com abandono dos contratos bilaterais de longo prazo), impôs no começo dos anos de 1980 uma forte queda nos valores do petróleo comercializado em todo o mundo. Durante os anos de 1980 e 1990 ocorreu uma forte onda de fusões e aquisições nas empresas do petróleo, redirecionando seus comandos dentro dos processos de ordenando das empresas pelos regimes de controles financeirizado.

Se na década de 1970 houve um grande aumento do preço do petróleo com fortalecimento dos países produtores, na década de 1980 essa configuração será desmanchada para uma nova

relação financeirizada e globalizada, com o estabelecimento dos preços em níveis muito baixos durante a década de 1980 e 1990. O restabelecimento do baixo preço do petróleo possibilitou a propagação das novas formas de relações sociais com o crescimento do período dito neoliberal¹, agora através dos derivativos e da implantação dos mercados futuros, além de consolidar a nova forma energética dentro do paradigma atual da financeirização com o dólar como moeda padrão do sistema internacional.

Esse crescimento econômico neoliberal nos anos de 1980 e 1990 ocorreu com um novo fortalecimento e reposicionamento dos EUA como país hegemônico (TAVARES, 1985), que além do tão alardeado padrão dólar-dólar (BRAGA 1997; MEDEIROS e SERRANO, 1999) também teve um grande avanço da indústria norte-americana que até então perdia espaço para países como Alemanha e Japão. Diferente desses dois países que realizaram significativas inovações tecnológicas e renovação dos seus parques industriais em um ambiente de economia devastada (pós-guerra) e com forte disponibilidade de crédito, os EUA irão renovar seu parque industrial em um ambiente completamente distinto, baseado em um conjunto de políticas propiciadas pela financeirização, com a globalização das multinacionais e pela continuidade dos gastos militares norte-americanos. O novo arranjo geopolítico do petróleo se tornou uma espécie de alicerce para esse conjunto de políticas, garantindo os grandes fundos financeiros em dólar, a expansão do sistema militar norte-americano e a consolidação de um determinado sistema tecnológico-energético mundial (HUBER, 2011 e CAMPBELL, 2005).

O crescimento e renovação industrial dos EUA durante os anos de 1980 e 1990 ocorrerá baseado na manutenção de juros internos elevados, investimento em C&T puxado por gastos militares envolvidos nas guerras nos países do oriente médio e pela onda de inovação tecnológica da terceira revolução industrial (SANTOS, 1987), o qual se beneficiou enormemente dos ganhos de cadeia das grandes produções de máquinas e equipamentos destinadas para a consolidação dos países produtores de petróleo no Oriente Médio. As altas rendas do petróleo propiciam um ciclo virtuoso no desenvolvimento tecnológico e no controle científico, pois ao mesmo tempo que possibilitam grandes investimentos em C&T, são altamente integrados com as pesquisas militares e com a imposição de um determinado padrão energético das relações sociais capitalistas (HUBER 2011). A consolidação das cadeias financeirizadas e globalizadas irá estabelecer as novas estruturas produtivas transnacionais, que através das fusões e aquisições irá impor o controle mundial da cadeia de petróleo nessas grandes empresas. Por isso a importância de compreender a geopolítica do petróleo dentro de uma perspectiva mais ampla, que não fique concentrada apenas na disputa pelo óleo em si, mas também na própria forma que sua exploração se materializa nas relações capitalistas, envolvendo as finanças, a indústria e a tecnologia.

O setor de petróleo e gás pode ser dividido entre as petroleiras (tanto nacionais/estatais quanto privadas) e as empresas que fornecem bens e serviços. Em termos conceituais, as empresas que fornecem bens (máquinas, equipamentos e materiais), tecnologia e serviços ao setor de

1 Vale destaca como a instalação das formas de relação capitalista neoliberal também trazem um crescimento econômico, apesar das visões de que esse período teria sido de uma "longa recessão" ("the long downturn") como é bem conhecido pelos trabalhos de BRENNER (2002 e 2006). Essa visão pode ser contrastada mesmo em termos empíricos pelas taxas de crescimento econômico, dado ser uma das principais características levantadas nesse debate para apresentar o neoliberalismo como uma crise estendida. Claramente os níveis de crescimento econômico são inferiores, mas se tomados em consideração os países asiáticos, principalmente a China, esses níveis se tornam muito mais próximos. Segundo dados de MADDISON (2003), o crescimento mundial médio foi de 2,11% por ano de 1870-1913, de 1,82% de 1930-1950, de 4,9% de 1950-1973 e de 3,05% em 1973-2001.

petróleo são chamadas de para-petroleiras, enquanto as petroleiras detêm as reservas ou operam a exploração e a produção. As empresas para-petroleiras, apesar de terem uma visualização midiática muito menor, possuem uma enorme importância financeira e geopolítica. Não por acaso, Dick Cheney foi CEO da Halliburton (maior para-petroleira do mundo) entre sua gestão como secretário de defesa de George Bush pai e seu posto como vice-presidente de George Bush filho. As grandes para-petroleiras controlam um grande número de patentes tecnológicas, sendo responsáveis pela produção de máquinas e equipamentos sofisticados para o setor. Elas ocupam posição estratégica na cadeia global, com presença em praticamente todos os países produtores, mesmo naqueles com monopólio estatal.

Se analisada a cadeia de petróleo e gás como um todo há um enorme número de empresas, responsáveis pelo fornecimento do grande número de materiais e serviços necessários. Contudo, como afirma De Negri (2011), a cadeia da indústria de petróleo e gás pode ser caracterizada pela predominância de empresas de grande porte. Segundo estudo da BAIN & COMPANY (2009) as dez empresas com maiores receitas capturavam em 2007, 35,11% dos ganhos, sendo que a líder mundial, a gigante Schlumberger, detinha de forma isolada 8,57% da receita global da cadeia, o equivalente a US\$ 19.9 bilhões. As três maiores para-petroleiras (Schlumberger, Halliburton e Baker) tiveram somente em 2019, mesmo com o setor ainda em recuperação da crise iniciada em 2014, um lucro operacional conjunto de quase US\$ 6 bilhões.

Se em termos financeiros a relevância das para-petroleiras pode ser relativizado em comparação com as grandes petroleiras, em termos de pesquisa científica e avanço tecnológico, a importância dessas empresas fornecedoras de bens e serviços é inquestionável. Segundo base de dados da IFI (2018), as três empresas do setor de petróleo e gás com maior número de patentes em 2017 foram justamente as gigantes para-petroleiras: Halliburton com 738, Baker Hughes com 496 e Schlumberger com 434. Apenas para critério de comparação, a Chevron (uma das maiores petroleiras mundiais) obteve no mesmo período 161 patentes (IFI 2018).

Para compreender a importância das para-petroleiras na geopolítica do petróleo vale destacar como ocorreu a reconstrução do Iraque após a guerra iniciada em 2003, em que essas empresas tiveram um papel estratégico. O pós-guerra do Iraque se tornou um marco de referência da importância da imbricação das gigantes para-petroleiras com a política desempenhada pelo governo norte-americano (BRIODY, 2004). Apesar de muitas petroleiras terem entrado no Iraque no pós-guerra, o domínio dos serviços e do fornecimento das máquinas e equipamentos permaneceu nas gigantes internacionais para-petroleiras, principalmente das norte-americanas sediadas em Houston no Texas, como Baker Hughes e Halliburton. Um dos maiores campos de petróleo do Iraque foi concedido para a empresa russa Lukoil, contudo praticamente toda sua operação de exploração do petróleo iraquiano ocorre através da empresa Baker Hughes (KRAMER, 2011). Algo semelhante ocorrido por outras grandes petroleiras que passaram a operar no Iraque, como BP da Inglaterra, CNPC da China, ENI da Itália e a Anglo-Holandesa Shell, com máquinas, serviços e operação prestados pela Halliburton.

Através da avançada tecnologia de perfuração e das várias patentes existentes para os equipamentos extremamente específicos, as empresas norte-americanas para-petroleiras conseguem “dominar o oriente médio e o mundo” (KLARE, 2005). Todas as petroleiras em qualquer país produtor, seja uma empresa estatal ou uma nova empresa formada por consórcios financeiros, precisa contratar as empresas fornecedoras das máquinas e equipamentos, tanto para prospectar os campos

com suas sondas, quanto para realizar a extração com suas plataformas e equipamentos tecnológicos específicos. Dessa forma, mesmo que as petroleiras sejam do Estado produtor, as gigantes para-petroleiras são donas de contratos bilionários e com grande poder de controle da cadeia produtiva. É importante ressaltar que isso não significa uma diminuição da importância geopolítica das grandes petroleiras, apenas a necessidade de entendê-la em conjunção com as para-petroleiras.

Em certa medida o papel desempenhado pelas para-petroleiras representa muito do “mundo invisível da geopolítica do petróleo”, que envolve os grandes conglomerados industriais e de pesquisas de C&T para o setor energético. A concentração do mercado nessas grandes para-petroleiras torna possível controlar uma parte importante da cadeia do petróleo e auxiliar fundamentalmente na manutenção da hegemonia norte americana nas diretrizes energéticas e tecnológicas mundiais.

Dentro desse quadro, nas duas próximas seções busca-se analisar a crise recente do petróleo no Brasil, mas tendo como eixo principal as para-petroleiras no país. É de amplo conhecimento o processo de desarticulação da cadeia de petróleo em torno da Petrobrás, com privatização de vários ativos e subsidiárias, além de uma profunda mudança institucional no setor e da forte entrada das petroleiras internacionais através das várias rodadas de leilão ocorridas a partir de 2016. Contudo, muito pouco tem sido anunciado com relação às empresas para-petroleiras no Brasil. Enquanto durante os anos 2000 houve uma importante dinamização do setor com o fortalecimento das empresas nacionais, através das políticas de conteúdo local, a partir de 2016 passou a se consolidar uma forte concentração das gigantes mundiais, com a falência das empresas nacionais de médio porte e a imposição de políticas próximas a *dumping* pelas gigantes internacionais.

A crise do petróleo de 2014

Os anos 2000 são um grande exemplo da complexidade da geopolítica do petróleo em suas relações capitalistas. Depois de duas décadas de grande avanço nas formas neoliberais do capitalismo, nos anos 2000 se materializaram novos processos de crises sistêmicas. A crise financeira de 2008 foi seu lado mais expressivo, contudo os *booms* e crises dos mercados de *commodities* tiveram um papel central de articulador e desarticulador dos processos de acumulação nesse período.

A alta dos preços das *commodities*, a partir de 2001, possibilitou um novo fator de dinamização para a reprodução das relações capitalistas, que teve como um dos elementos centrais uma nova articulação entre os países produtores de matérias-primas e os países em forte processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico, em que se destaca a relação entre a China e a América Latina. Esse processo de crescimento econômico foi extremamente contraditório para os países latinos, os recolocando nas cadeias primárias de constituição de classe no mercado mundial (PINTO E CINTRA, 2017; SVAMPA, 2011; GUDYNAS, 2012 e ACOSTA, 2011), tanto pela retomada da centralidade da transformação de recursos naturais como por manutenção de um grande exército industrial de reserva. As transformações ocorridas nos países latinos intensificaram a produção de recursos naturais com manutenção das estruturas econômico-sociais de grande desigualdade, apesar de alguma melhora relativa. Por outro lado, durante esse

crescimento nos anos 2000, houve fortalecimento em alguns setores econômicos específicos com potencial desestabilizador para a constituição de classe no mercado mundial dentro da forma vigente do capitalismo neoliberal. Um grande exemplo desse potencial desestabilizador foi o setor de petróleo e gás brasileiro.

A empresa estatal brasileira de petróleo (Petrobrás) e o setor como um todo foram utilizados, ao longo da década de 2000, como ferramentas para a indução do crescimento industrial nacional, em especial após a descoberta do pré-sal. Essa relação do setor com o desenvolvimento nacional foi estabelecida principalmente pela estratégia de fortalecimento das cadeias produtivas do petróleo (para frente e para trás) através das “rendas extras” do ‘boom das commodities’, ou seja, desde investimentos em projetos de infraestrutura, até investimentos em ciência e tecnologia e incentivos institucionais para a indústria naval vinculada ao setor.

O fortalecimento da cadeia produtiva foi promovido pelo governo federal por meio de um conjunto de medidas específicas de grande efeito para a indústria nacional, sendo a principal delas a Política de Conteúdo Local, que impunha, desde a fase de leilões de novas concessões, percentuais de produção nacional no setor de petróleo e gás que chegavam a 62% na etapa de exploração e a 76% nas etapas seguintes. Através da política de conteúdo local, o ritmo de crescimento da exploração de petróleo e gás no Brasil passou a ser condicionado pelo desenvolvimento da indústria nacional, mesmo com os enormes interesses “curto-prazistas” do mercado financeiro internacional em meio à um período de alto preço das commodities. Também se associa a essas medidas a política de investimento na infraestrutura nacional adotada pelo governo federal, com a construção de novos portos, aeroportos e refinarias, induzindo a expansão e o adensamento tanto dos elos da cadeia anteriores à produção de petróleo, quanto dos posteriores, como os derivados e seu transporte.

A Petrobrás também se tornou uma fonte importante de investimentos em território nacional, não apenas em exploração e produção (E&P), mas também em distribuição, refino, fontes de energia renováveis e pesquisa científica – próprias e em parcerias com universidades e centros de pesquisa. A descoberta e exploração do pré-sal vieram a simbolizar o grande êxito desse esforço. Com o desenvolvimento de tecnologia brasileira, foi possível a exploração de áreas até então inimaginadas, o que permitiu a descoberta de enormes reservas energéticas e colocou o Brasil no eixo geopolítico mundial. Para a exploração dessas enormes reservas, foi criado um novo marco institucional, que assegurava a participação da empresa estatal e atrelava seu crescimento ao investimento e desenvolvimento tecnológico nacional, nos moldes da exploração do petróleo realizada pela Noruega no pós-guerra, introduzindo o modelo de partilha da produção com maior participação do Estado nos lucros do setor.

Contudo, esse modelo de desenvolvimento do setor de petróleo e gás se desenvolvia, ao menos potencialmente, de modo contrário as formas vigentes da estrutura neoliberal do petróleo, tanto potencialmente de controle das rendas e da comercialização desse petróleo nos mercados financeiros dolarizados, quanto potencialmente do controle das máquinas e inovações tecnológicas. Em 2014, o preço do petróleo despencou, impondo uma crise mundial no setor, que vinha operando há anos com preços elevados e grandes investimentos em novas áreas de exploração, que, em alguns casos, envolviam altos custos de extração, como os campos de gás de xisto nos EUA e Canadá. Em março do mesmo ano, no Brasil, eclodiu a operação Lava-jato, partindo de casos de corrupção na Petrobrás até atingir a alta cúpula do governo federal, em um processo

estritamente associado a crescentes tensionamentos políticos e, posteriormente, a profundas reestruturações realizadas tanto na Petrobrás, quanto no Estado brasileiro. Da operação da corrupção da Petrobrás até o golpe de Estado de 2016, o petróleo foi o grande lubrificante político.

Uma série de analistas brasileiros, como o respeitado historiador Moniz Bandeira (BANDEIRA, 2016), o articulista do *Asia Times*, Pepe Escobar (ESCOBAR, 2016) e o jornalista do *The Intercept*, Glenn Greewald (GREEWALD *et al.*, 2016), têm sustentado a tese de que interesses norte-americanos estariam por trás do processo de desestabilização do governo brasileiro, onde estariam envolvidas as grandes petroleiras e também vários fundos de investimento de Wall Street, assim com muitas instituições e organizações financiadas por esses grupos. O foco dessa desestabilização seria, principalmente, em torno da Petrobrás e da alteração das regras do modelo de exploração do pré-sal regulamentadas.

Desde 1997, quando acabou o monopólio da Petrobrás, o governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso impôs um modelo de concessão, em que a exploração dos campos petrolíferos era concedida a empresa vencedora da licitação, a qual ficava dona do petróleo explorado, pagando *royalties* ao governo. Com a descoberta do Pré-Sal, esse modelo foi alterado para um regime de partilha, em que a empresa vencedora da licitação terá que obrigatoriamente partilhar o petróleo encontrado com a União. Por esse esquema, a Petrobrás ganhava em dois pontos importantes, pois seria a operadora exclusiva dos campos e teria no mínimo 30% na participação no consórcio com as outras empresas. Além de impor alta participação de conteúdo local para a exploração, obrigando a vinculação com a indústria e tecnologia nacional.

Os documentos vazados em 2013 pelo ex-analista da NSA (Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos), Edward Snowden², mostra explicitamente como o governo norte-americano atua com relação à espionagem em outros países. Diversos documentos apresentados pelo jornalista americano, GREENWALD (2016), mostram como os EUA interceptavam dados internos da Petrobrás, principalmente sobre a tecnologia envolvendo a exploração em águas profundas da camada pré-sal. Além desses documentos, também foi exposta uma série de informações indicando que a agência norte americana monitorava mensagens particulares da presidente Dilma Rousseff e alguns de seus principais assessores.

Os vazamentos pelo WIKILEAKS (2009) de telegramas do consulado do Rio de Janeiro datados de janeiro de 2008 a dezembro de 2009, trazidos a público no final de 2010, demonstram claramente o posicionamento norte-americano. Em um telegrama de final de 2009 intitulado “A indústria de petróleo vai conseguir combater a lei do pré-sal?”, o consulado dos EUA no Rio fez um grande compêndio da discussão sobre o novo marco regulatório, mostrando o posicionamento de agentes estratégicos nesse debate, como a diretora da Chevron, Patrícia Pradal. Segundo a diretora, José Serra, então candidato à presidência pelo PSDB, já teria confirmado alteração da lei caso assumisse o governo, não tendo grande relevância as leis estabelecidas durante a gestão do PT. O telegrama termina com o Consulado concluindo que “a estratégia agora é recrutar novos parceiros para trabalhar no Senado, buscando aprovar emendas essenciais na lei, assim como empurrar a decisão para depois das eleições de outubro”. Entre os parceiros, o memorando destacava o OGX, do empresário Eike Batista, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a CNI (Confederação Nacional das Indústrias).

2 Atualmente o ex-analista da NSA, responsável pelo vazamento de dados que revelaram uma série de violações de direitos cometidos pelos EUA contra diversos Estados, se encontra exilado na Rússia.

Durante o acirramento da crise política em 2016, em que é armado um grande esquema político para um impeachment da presidente Dilma Rousseff, fica explícito como os mesmos agentes citados no memorando possuem uma posição central. Durante todo o processo de reivindicações contra o governo do PT, a FIESP ganhou uma centralidade inesperada, patrocinando desde manifestações nas ruas até propaganda televisiva contra o governo. José Serra se tornou um dos ministros fortes do governo de Michel Temer, ocupando a posição de ministro das Relações Exteriores.

A leitura extremamente elucidativa do memorando do consulado do Rio de Janeiro ainda traz informações sobre como o novo regime de partilha poderia beneficiar as empresas chinesas e russas. Ainda com referência às informações dadas pela diretora da Chevron, o consulado afirma ser impossível com o modelo de partilha competir com as NOC (Companhias Nacionais de Petróleo), como a chinesa Sinopec e a russa Gazprom. Com o modelo de partilha a diretora da Chevron alega que o único elemento de competição na licitação seria a lucratividade dada ao governo brasileiro, o que torna impossível a concorrência com os chineses, pois eles poderiam superar qualquer margem de lucro, dado seu único objetivo ser obter petróleo³.

Já em setembro de 2016, o governo de Michel Temer sancionou a MP 727, instituindo o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) e resgatando a Lei nº 9.491/1997, que trata do Programa Nacional de Desestatização. Em novembro do mesmo ano, foi aprovado no Senado o PL 4.567/2016 construída pelo senador José Serra, que acaba com a prerrogativa da Petrobrás de ser operadora única dos campos do pré-sal. Por sua vez, a Resolução CNPE nº 07, de 11 de abril de 2017, definiu o novo modelo de conteúdo local a ser aplicado nas rodadas de licitação a partir de então. Além de o percentual de conteúdo local deixar de ser considerado como fator de pontuação das ofertas, houve simplificação dos compromissos e redução dos percentuais mínimos exigidos. Para as áreas marítimas, passou-se a exigir compromisso global de 18% para a fase de exploração e, para as etapas de desenvolvimento, fixaram-se compromissos mínimos para três macro grupos: construção de poços (25%); sistema de coleta e escoamento (40%); e unidade estacionária de produção (25%).

Foi sob esse novo marco regulatório e institucional que o governo passou a estimular a entrada de empresas internacionais nos campos de petróleo do pré-sal, seja como detentoras de reservas, seja como operadoras dos campos. De 2008 até 2016, praticamente durante todo o período de “boom das commodities”, houve apenas três rodadas de leilão em áreas de concessão e uma em campos do pré-sal. Em apenas três anos, de 2017 até 2019, foram realizadas três rodadas de concessão e cinco rodadas de leilão dos campos de pré-sal, com entrada massiva de empresas estrangeiras, principalmente inglesas e estadunidenses, que adquiriram cerca de 49% das reservas do petróleo do pré-sal que foram leiloadas, segundo os dados da ANP (2020).

O que estava em jogo não seria apenas a entrada das grandes petroleiras, mas também a garantia da vinculação do petróleo brasileiro nos mercados financeirizados em dólar e dentro dos padrões industriais e tecnológicos ditados pelas gigantes para-petroleiras. Como afirmado pela diretora da Chevron, o interesse não estava apenas na obtenção do petróleo (WIKILEAKS, 2009), mas no controle e no comando de toda a cadeia de produção, o que garante a imposição

2 Conforme citação literal da diretora da Chevron expressa no memorando: “*The Chinese can outbid everybody. They can break-even and it will still be attractive to them. They just want the oil.*” (WIKILEAKS, 2009).

do padrão energético e tecnológico no mercado mundial. Na próxima seção busca-se apresentar mais detalhadamente no âmbito das para-petroleiras como ocorreu essa derrota geopolítica no Brasil, destruindo seu esforço para construção de uma indústria nacional do setor com a reposição das gigantes internacionais.

Uma destruição invisível: as para-petroleiras no Brasil

O controle energético e a imbricação do petróleo nas relações capitalistas internacionais devem ser vistos também nas disputas tecnológicas e políticas. As crises e disputas geopolíticas do petróleo envolvem diretamente a disputa e concorrência industrial e tecnológica, além de garantir o controle da exploração e produção do petróleo e do gás natural. A crise do petróleo, em 2014, no Brasil possibilita visualizar a importância das empresas para-petroleiras dentro dessa geopolítica mundial. Durante o ciclo denominado de '*boom das commodities*' durante os anos 2000, o Brasil avançou na articulação da exploração do petróleo com o desenvolvimento da indústria nacional. A descoberta do pré-sal com tecnologia própria, o fortalecimento do setor naval e a criação de uma indústria de construção de sondas e plataformas não foram suficientes para dar ao Brasil o controle da cadeia e tecnologia produtiva, mas o credenciou para almejar espaços que se opunham a lógica vigente da geopolítica do petróleo. Contudo, com a crise de 2014, esse processo foi amplamente desconstruído, tendo como consequência o restabelecimento das grandes corporações internacionais com a imposição das suas tecnologias e patentes no controle da produção.

Durante o '*boom das commodities*' nos anos 2000, o governo brasileiro tentou (dentro dos limites da sua atuação) quebrar essa forma de dominação imposta pelas gigantes para-petroleiras. Através da criação da política de conteúdo local (já apresentado na seção anterior) e do fortalecimento do crédito estatal de longo prazo para setores industriais específicos, o governo brasileiro tencionou a criação de uma rede de empresas para-petroleiras no Brasil. A partir de 2003, com a 5ª rodada de licitação, passou a ser exigido um alto percentual de conteúdo local para a realização das operações de exploração do petróleo e gás nacional.

A cadeia da indústria do petróleo e gás é diversificada e complexa, composta por inúmeros atores, com participações distintas nos contratos, ora mais ligados à exploração, ora mais ligados à produção. Nos diferentes segmentos, como distribuição e refino, as atribuições são ainda mais distintas. Em todos os casos, adicionalmente, a cadeia é composta por capacitações tecnológicas e operacionais diferentes em uma trama em que nenhum agente tem operação em todas as etapas. Nos ramos de maior desenvolvimento científico estão as grandes para-petroleiras transnacionais, que dominam os grandes contratos e a tecnologia de ponta, enquanto há uma grande rede de fornecimento de equipamentos e serviços de menor intensidade tecnológica. O que a política de conteúdo local articulada com os vultuosos investimentos da Petrobrás e do BNDES proporcionaram foi o ressurgimento dessa indústria intermediária nacional (tanto naval quanto de peças e equipamentos), com um tensionamento do domínio das grandes para-petroleiras (tanto prestadoras de serviço quanto de máquinas e equipamentos sofisticados), como veremos ao longo dessa seção.

Durante toda a década dos anos 2000, houve um forte crescimento das empresas nacionais de médio porte para o suprimento de serviços e bens, como máquinas e equipamentos, além da consolidação das grandes empreiteiras nacionais para a realização das grandes obras. Dentro da tendência mundial de imposição de contratos fechados⁴ (engenharia, compras e construção) para os investimentos estatais de infraestrutura, a política de conteúdo local forçou a nacionalização das fases de compras e construção, favorecendo os fornecedores nacionais (como a indústria naval) e de construção (como as empreiteiras). Dessa forma propiciou um direcionamento de empregos e renda para as atividades nacionais, com formação de importantes ativos, que juntamente com maior disponibilidade de financiamento público começava a tensionar os domínios das grandes empresas transnacionais.

O fortalecimento das empresas nacionais nesse período também foi potencializado pelos enormes investimentos da Petrobrás, tanto na compra de máquinas e equipamento quanto em ciência e tecnologia, que tem como exemplo emblemático a descoberta do pré-sal e a criação de toda a infraestrutura necessária para sua tão bem-sucedida exploração. Outro fator central para essa política de fortalecimento da indústria nacional petroleira foi através da criação de mecanismos de financiamento de longo prazo a partir do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dentre esses vários mecanismos merece destaque: o estabelecimento de taxas de juros e participações diferenciais nos financiamentos com recursos no Fundo da Marinha Mercante (FMM), uma linha de crédito específica para a indústria naval e a criação do Fundo de Garantia à Construção Naval (FGCN), a fim de diminuir o risco de crédito nas operações de financiamento desse setor (LEÃO e VILAIN, 2017).

A indústria naval no Brasil passou por um período de grande florescimento a partir de 2006, com o crescimento e fortalecimento dos estaleiros, assim como o desenvolvimento de novas empresas da ponta tecnológica do setor, como as produtoras das sondas de perfuração. A empresa Sete Brasil é emblemática nesse processo, criada em 2010 para suprir a demanda brasileira de construção de sondas de operação na exploração do petróleo da camada do pré-sal. Formada por um grupo de investidores que reúne fundos de pensão, bancos, empresas de investimento nacionais e internacionais e a Petrobrás, a Sete Brasil em pouco tempo de existência tornou-se a maior empresa do mundo no mercado de sondas de águas ultra profundas por número de sondas (FICK, 2012). Em 2011 e 2012, a empresa ganhou duas licitações da Petrobrás para a construção de 28 sondas de última geração que seriam afretados à estatal, com a participação direta de 5 estaleiros nacionais.

Nesse mesmo período do *'boom das commodities'*, as grandes empresas para-petroleiras internacionais tiveram uma forte redução dos contratos no país. Durante esse período, muitas delas instalaram fábricas e laboratórios de pesquisa no Brasil para se adequarem à nova realidade política de conteúdo nacional. Empresas como a Halliburton tiveram vários contratos cancelados, para que as petroleiras atendessem as exigências da política de conteúdo local.

Embora promissora, essa fase de desenvolvimento industrial vinculada ao petróleo durou pouco. Conforme apresentado na seção anterior, esse modelo de desenvolvimento do setor de petróleo e gás no Brasil passou por uma completa inversão nos últimos anos, com destaque

4 No final dos anos de 1990, em todo o mundo, o modelo de contratos de grandes obras de infraestrutura passou a operar de forma 'fechada', nos chamados modelos EPC (*engineering, procurement e construction*), em que um mesmo contrato ficava responsável pelas três fases. Esse modelo substituiu os 'abertos', chamados DBB (*design-bid-build*), em que a fase de projeto (engenharia) ficava separada das fases de compras (suprimentos de materiais e equipamentos) e construção.

para: o fim da política de conteúdo local, queda dos investimentos da Petrobrás e fim das linhas de financiamento do BNDES. O fim da política de conteúdo local eliminou o fator decisivo que impunha os contratos com as empresas nacionais, dando início à uma série de cancelamentos de contratos com as empresas nacionais. A Petrobrás até então a maior investidora nacional, realizou um corte drástico nos seus gastos, tanto de contratação de prestadoras de serviço como em pesquisa e tecnologia. Segundo dados divulgados pela própria empresa, os investimentos totais da Petrobrás tiveram uma redução de 72% de 2014 a 2018, passando de US\$ 48 bilhões para US\$ 13 bilhões, enquanto os investimentos da empresa em PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação) tiveram uma redução de 73%, passando de US\$ 1,1 bilhões para US\$ 0,6 bilhões, no mesmo período (PETROBRAS A, 2020). Os desembolsos totais do BNDES, segundo dados dos relatórios anuais do banco, tiveram de 2014 a 2018 uma redução de 63%, enquanto os investimentos em inovação tiveram uma redução de 68%, no mesmo período (BNDES, 2019).

Em contrapartida, as grandes para-petroleiras internacionais iniciaram uma política extremamente agressiva, a qual poderia ser descrita, dentro dos manuais de economia, como *dumping*, juntamente com forte processo de fusão e aquisição. No meio do cenário de forte crise do setor do petróleo no Brasil, as grandes para-petroleiras (principalmente Halliburton, Baker Hughes e Schlumberger) passaram a praticar preços nas licitações de contrato muito inferiores ao padrão do mercado, mesmo tendo como implicação prejuízos no curto prazo que obrigaram as matrizes a realizar aportes financeiros. Através das análises dos contratos⁵ da Petrobrás com as grandes para petroleiras podemos observar esse movimento semelhante a prática de *dumping*.

O valor médio dos contratos da Halliburton com a Petrobrás no período de 2014 até 2019 teve uma redução de 36% em relação ao período de 2007 a 2014, em compensação o número de contratos aumentou 72% no mesmo período, mesmo comparando sete anos com apenas quatro (PETROBRAS B, 2020). A Baker e a Schlumberger, outras duas gigantes do mercado internacional, também realizaram movimento semelhante, tendo redução nos valores médios de contrato de respectivamente 66% e 45%. Ambas aumentaram o número de contratos em 15% no período de 2014 a 2019 em relação ao período de 2007 a 2014 (PETROBRAS B, 2020).

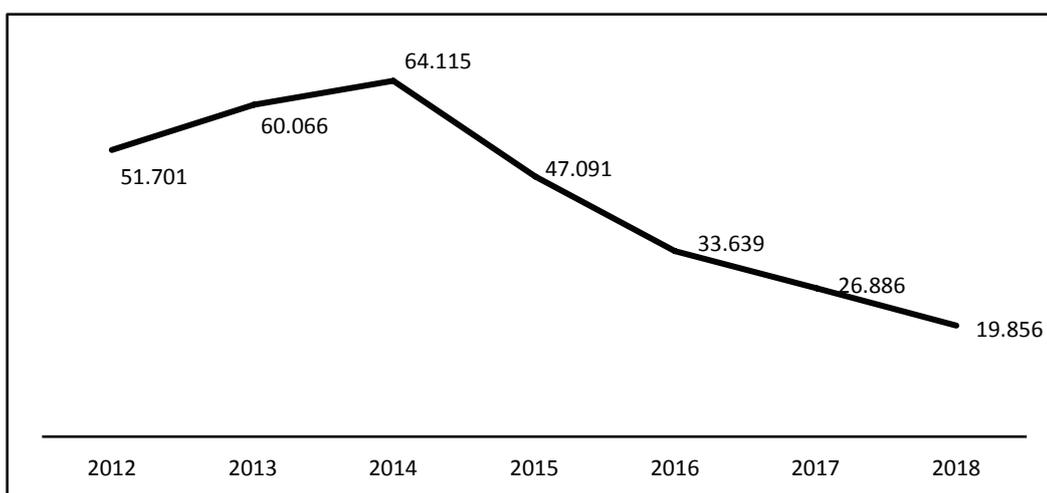
Se para as gigantes internacionais a crise iniciada em 2014 e aprofundada em 2016 trouxe um novo cenário de crescimento no número de contratos, para as empresas nacionais o quadro foi de grande depressão. Segundo estudo da KPMG (2018), cerca de 40% das para-petroleiras no Brasil fecharam as portas desde 2014, além da forte redução e crise enfrentada pelas construtoras e empreiteiras nacionais que não chegaram a anunciar falência. Novamente a empresa Sete Brasil se mostra um caso emblemático. Apesar do seu começo promissor, em 2016 a Sete Brasil entra em processo de recuperação judicial devido ao seu alto endividamento com cancelamento de grande parte dos contratos.

Diferentemente das gigantes internacionais, as empresas nacionais não puderam contar nem com a remessa financeira das matrizes, nem com políticas industrializantes do governo brasileiro. Os números da indústria naval, altamente vinculada no período com o setor de petróleo e gás, ilustram muito bem esse processo. De 2007 a 2014, segundo dados da RAIS do Ministério da Economia, o número de emprego formal na indústria naval no Brasil cresceu de 178%, tendo

5 Os contratos da Petrobrás com os fornecedores de serviços e máquinas e equipamentos são disponibilizados através do site de transparência da empresa, devido ao fato de ser uma empresa estatal.

uma forte queda a partir de 2015. De 2014 a 2018 houve uma queda de 69% no número de empregos formais na indústria naval, passando de cerca de 64 mil trabalhadores para cerca de 19 mil, conforme gráfico a baixo.

Evolução do emprego formal na indústria naval. Brasil. 2012 a 2018. Em valores absolutos

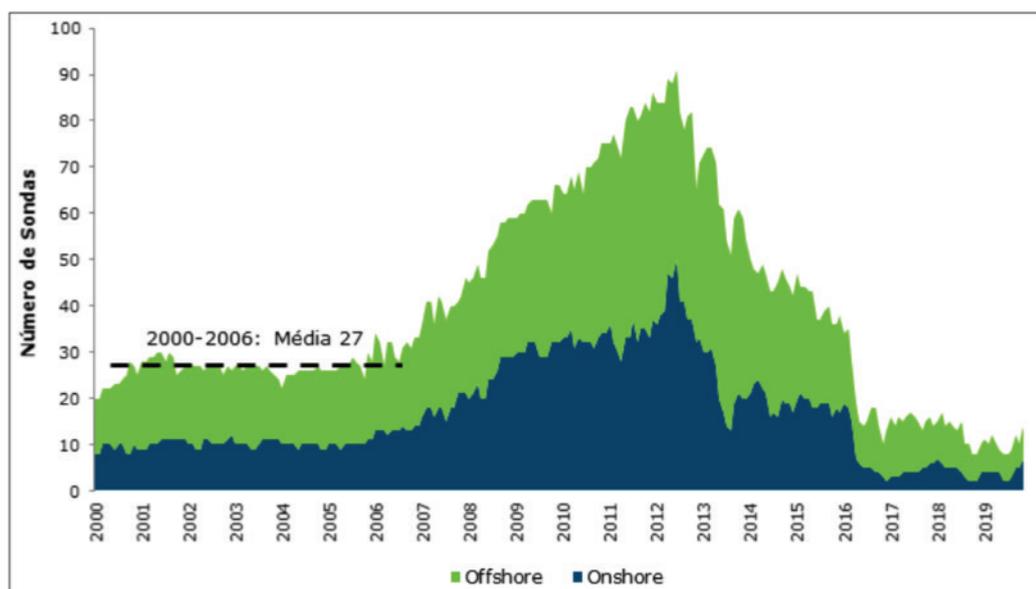


Fonte: Ministério da Economia. RAIS. Elaboração própria

Além do setor naval, a indústria de máquinas e equipamentos no Brasil foi afetada diretamente. Ainda segundo os dados da RAIS do Ministério da Economia, o número de empregos formais na produção de máquinas e equipamentos para a produção e extração de petróleo teve uma redução de 34% de 2015 para 2018. Dentro desse setor industrial merece destaque para as sondas de operação, que representa uma área chave na indústria do petróleo, tanto por potencializar a expansão e otimização das áreas de exploração, quanto por condensar os principais avanços tecnológicos do setor.

As atividades de perfuração no Brasil aumentaram de forma drástica a partir de 2006, contudo já teve uma profunda redução em 2014, tendo uma reversão completa a partir de 2016, com um patamar até mesmo inferior ao começo dos anos 2000, como visto no gráfico a baixo do estudo do IBP (2019). Entre 2017 e 2019, o Brasil teve uma média de 13 sondas em operação, enquanto de 2000 a 2006 a média foi de 27, chegando em 2012 a quase 90 sondas em operação. Para critério de comparação, nos países da América Latina como um todo em 2018 tiveram em média 190 sondas em operação e nos EUA em média 1032, ainda segundo dados do IBP (2019). Evidentemente que é problemática a comparação entre o uso das sondas de perfuração para diferentes regiões geológicas. Mesmo assim o baixo número de sondas no Brasil e sua forte redução nos anos recentes merecem destaque, justamente no período de consolidação da exploração dos campos de petróleo das camadas do pré-sal.

Evolução do número de sondas para exploração de petróleo. Brasil. 2000 a 2019. Em número absoluto.



Fonte: Baker Hughes. Elaboração: IBP (2019)

Depois de quase uma década de tentativas de construção de uma indústria nacional no setor de petróleo e gás, o acirramento geopolítico dos últimos anos restabeleceu as grandes para-petroleiras internacionais no controle do petróleo brasileiro. Apesar de nos últimos anos as várias rodadas de leilão do pré-sal com a entrada das grandes petroleiras ser o lado mais visível da disputa recente da geopolítica do petróleo no Brasil, a destruição da indústria nacional e dos investimentos em ciência e tecnologia vinculados ao setor, também merece destaque. Através do controle tecnológico da produção as gigantes para-petroleiras possibilitam o controle de grande parte da cadeia produtiva do petróleo. Com o restabelecimento das grandes para-petroleiras, como Halliburton e Baker Hughes, a produção de petróleo no Brasil pode voltar a ser controlado pelos interesses norte-americanos, assim como a reinserção do país como comprador de tecnologia ao invés de desenvolvedor.

Conclusão

O Brasil nos últimos se tornou palco de uma grande disputa geopolítica pelo petróleo. A desintegração da Petrobrás, empresa estatal brasileira de petróleo, com a entrada de grandes corporações petroleiras internacionais é a face mais visível desse processo. Mas essa disputa geopolítica envolve outros elementos que não apenas o petróleo em si, indo na direção de dominação do próprio mercado energético mundial, como a sua dolarização nos mercados financeiros internacionais e no controle da indústria e da tecnologia envolvida na produção.

O Brasil ao longo das primeiras décadas do século XXI, marcada pelo dito '*boom das commodities*', buscou construir todo um sistema industrial e tecnológico em torno da produção do petróleo. Em torno principalmente da política de conteúdo local, do enorme crescimento do

investimento da Petrobrás e da disponibilidade de financiamento pelo BNDES, fortaleceu-se a indústria e a pesquisa em ciência em tecnologia voltada para o setor de petróleo e gás. O descobrimento dos campos de petróleo do pré-sal e o florescimento da indústria naval nesse período são grandes exemplos desse processo.

A crise iniciada em 2014, com seu golpe fatal em 2016, irá reverter completamente essa lógica de desenvolvimento do setor de petróleo. O número de empregos formais na produção de máquinas e equipamentos para a produção e extração de petróleo teve uma redução de 34% de 2015 para 2018. De 2007 a 2014, segundo dados da RAIS do Ministério da Economia, o número de emprego formal na indústria naval no Brasil cresceu 178%, tendo uma forte queda a partir de 2015. De 2014 a 2018 houve uma queda de 69% no número de empregos formais na indústria naval. Segundo dados da consultoria da KMPG (2018), cerca de 40% das para-petroleiras no Brasil fecharam as portas do começo de 2014 a agosto de 2018.

Em contrapartida a crise nacional, as grandes para-petroleiras internacionais iniciaram uma política extremamente agressiva, a qual poderia ser descrita dentro dos manuais de economia como *dumping*, juntamente com forte processo de fusão e aquisição. As grandes para-petroleiras (principalmente Halliburton, Baker Hughes e Schlumberger) passaram a praticar preços nas licitações de contrato muito inferiores ao padrão do mercado, mesmo tendo como implicação prejuízos no curto prazo que obrigaram as matrizes a realizar aportes financeiros. Segundo dados disponibilizados no portal de transparência da Petrobrás, o valor médio dos contratos da Halliburton com a Petrobrás no período de 2014 até 2019 teve uma redução de 36% em relação ao período de 2007 a 2014, em compensação o número de contratos aumentou 72% no mesmo período, mesmo comparando sete anos com apenas quatro (PETROBRAS B, 2020). A Baker e a Schlumberger, outras duas gigantes do mercado internacional, também realizaram movimento semelhante, tendo redução nos valores médios de contrato de respectivamente 66% e 45%. Ambas aumentaram o número de contratos em 15% no período de 2014 a 2019 em relação ao período de 2007 a 2014 (PETROBRAS B, 2020).

Diferentemente das gigantes internacionais, as empresas nacionais não puderam contar nem com a remessa financeira das matrizes, nem com os incentivos do governo brasileiro. Depois de uma década de tentativas, o acirramento geopolítico dos últimos anos restabeleceu as grandes para-petroleiras internacionais no controle do petróleo brasileiro. A crise internacional do petróleo, junto com a forte crise política brasileira, possibilitou o retorno e fortalecimento das gigantes para-petroleiras internacionais, restabelecendo o controle da produção brasileira (principalmente dos enormes campos do pré-sal) com o domínio da fabricação das máquinas e equipamentos, assim como da pesquisa científica e tecnológica do setor.

Referências

- ACOSTA, Alberto. (2011). *Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. Más allá del desarrollo* (1ª Ed.), Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo, Fundación Rosa Luxemburg, Abya Yala, Quito, pp. 83-118.
- ANP (2020). *Rodadas de Licitação de petróleo e gás natural – Partilha de Produção*. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha-de-producao>>. Acessado em: 20/01/2020.

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2016). *A desordem Mundial – O Espectro da total dominação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BAIN & COMPANY; TOZZINI FREIRE ADVOGADOS. (2009). *Estudos de alternativas regulatórias institucionais e financeiras para a exploração e produção de petróleo e gás natural e para o desenvolvimento industrial da cadeia produtiva de petróleo e gás no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Bain & Company e Tozzini Freire Advogados.
- BINA, C. (1985). *The economics of the oil crisis: Theories of oil crisis, oil rent, and the internationalization of capital in the oil industry*. New York: St. Martin's Press.
- _____. (2013). *A Prelude to the foundation of political economy*. New York: Palgrave Macmillan.
- BNDES. (2019). *Relatório Anual 2018*. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca/relatorio-anual-integrado/relatorio-anual-2018/>>. Acessado em: 20/01/2020.
- BRAGA, José C. (1997). Financeirização global – O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In TAVARES, Maria C.; FIORI, José L. (org.), *Poder e dinheiro: economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, p.195-242.
- BRENNER, Robert (2002). *The Boom and the Bubble: The US in the World Economy*. London: Verso.
- _____. (2006). *The Economics of Global Turbulence: The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, 1945–2005*. London: Verso.
- BRIODY, Dan. (2004). *The Halliburton agenda: the politics of oil and money*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., Hoboken.
- BROMLEY, S. (1991). *American hegemony and world oil*. Philadelphia, PA: Univ. of Pennsylvania Press.
- CAFFENTZIS, G. (2005). *The petroleum commons: Local, Islamic, and global*. Alternatives: Turkish Journal of International Relations 4 (1): 108-123.
- CAMPBELL, D. 2005. *The biopolitics of security: Oil, empire, and the sports utility vehicle*. American Quarterly 57 (3): 943-972.
- DAVIDSON, P. (2008). *Crude Oil Prices: Market Fundamentals” or Speculation?* Challenge, Oxford, vol. 51, n. 4, p. 110-118, jul.
- DE NEGRI, J. A. (Coord.). *Poder de compra da Petrobras: impactos econômicos nos seus fornecedores*. Brasília: Ipea, 2011.
- ESCOBAR, Pepe. (2016). *The Brazilian Earthquake*. Sputnik International, March. In: <<http://sputniknews.com/columnists/20160306/1035858412/brazil-interrogation-Petrobras-scandal.html>>. Acessado em: 20/01/2020.
- FATTOUH, B. KILIAN, L. and MAHADEVA, L. (2013). *The Role of Speculation in Oil Markets: What Have We Learned So Far?* The Energy Journal, vol. 34, n. 3.
- FIORITTI, S. S. (2016). *Um estudo sobre a evolução do preço de produção do petróleo nas últimas décadas*. Tese doutorado, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GILBERT, C. L. (2010). *Speculative influences on commodity futures prices 2006–2008*. UNCTAD Discussion Paper No. 197, Geneva, March.
- GREEWALD, Glenn; FISHMAN, Andrew e MIRANDA, David. (2016). *Porque o Sen. Aloysio Nunes foi a Washington um dia depois da votação do impeachment?* The Intercept Brasil, 18 de abril. In: <<https://theintercept.com/2016/04/18/porque-o-sen-aloyisio-nunes-foi-a-washington-um-dia-depois-da-votacao-do-impeachment/>>. Acessado em: 20/01/2020.

- GUDYNAS, Eduardo. (2012). *Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progressismo sudamericano*. Nueva Sociedad, 237, 128-146.
- HELLEINER, Eric. (1994). *States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca: Cornell University Press.
- HUBER, M. T. 2011. *Oil, Life, and the Fetishism of Geopolitics*. Capitalism Nature Socialism, 22:3, 32-48.
- IBP. (2019). *Evolução do número de sondas em operação no Brasil*. Observatório do Setor – IBP, dezembro 2019. In: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/evolucao-mensal-sondas-no-brasil/>>. Acessado em: 20/01/2020.
- IFI (2018). *IFI Claims Patent Services*. Disponível em: <<https://www.ificlaims.com/rankings-top1000-2017.htm>>. Acesso em: 25/01/2020.
- JHAVERI, N. (2004). *Petroimperialism: U.S. interests and the Iraq War*. Antipode 36 (1): 2-11.
- JUHASZ, A. (2008). *The tyranny of oil: The world's most powerful industry - and what we must do to stop it*. New York: William Morrow.
- KLARE, Michael T. (2004). *Blood and oil – The dangers and consequences of America's growing petroleum dependency*. Penguin Books, London, England.
- KPMG. (2018). *Empresas na cadeia de petróleo no Brasil*. In: ESTIGARRÍBIA, Juliana. *Um terço dos pequenos fechou as portas na crise da Petrobrás*. São Paulo: DCI Impresso.
- KRAMER, Andrew E. (2011). *In rebuilding Iraq's oil industry, U.S. subcontractors hold sway*. The New York Times, 16 Jun. In: <<https://www.nytimes.com/2011/06/17/business/energy-environment/17oil.html>>. Acesso em: 20/01/2020
- LABBAN, M. (2008). *Space, oil, and capital*. London: Routledge.
- LEÃO, Rodrigo e VILAIN, Caroline S. (2018). *A substituição da política de conteúdo local pela conteúdo internacional*. GGN, 22 ago. IN: <<https://jornalggn.com.br/petroleo-e-gas/a-substituicao-da-politica-de-conteudo-local-pelo-conteudo-internacional/>>. Acesso em: 25/01/2020
- Le BILLON, P. and F. El KHATIB. (2004). *From free oil to "freedom oil": Terrorism, war, and U.S. geopolitics in the Persian Gulf*. Geopolitics 9 (1): 109-137.
- MADDISON, Angus. (2003). *The World Economy: Historical Statistics*. Paris: OECD.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin. (1999). *Padrões monetários internacionais e crescimento*. In: FIORI, José Luis, *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MIDNIGHT Notes Collective. (1992). *Midnight oil: Energy, work and war, 1973-1992*. Brooklyn, NY: Autonomedia.
- NORE, P. and T. Turner, (eds). (1980). *Oil and class struggle*. London: Zed Books.
- O'CONNOR, H. (1962). *World crisis in oil*. New York: Monthly Review.
- PETROBRAS A (2020). *Relação com investidores – Investimentos*. Disponível em: <<<https://www.investidorpetrobras.com.br/visao-geral/investimentos/>>>. Acessado em: 15/01/2020.
- PETROBRAS B (2020). *Portal de Transparência – licitação e contratos*. Disponível em: <<http://transparencia.petrobras.com.br/licitacoes-contratos>>. Acessado em: 15/01/2020.
- PINTO, E. C. and CINTRA, M. A. M. (2017). *China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento*. Revista de Economia Política, vol . 37, nº 2 (147), pp. 381-400, abril-junho.

- PRISCO, Alex. (2013). *Arbitragem no regime de Partilha do pré-sal*. Valor Econômico, fevereiro, 2013. In: <<http://www.valor.com.br/brasil/2996838/arbitragem-no-regime-de-partilha-do-pre-sal>>. Acessado em: 15/01/2020.
- YERGIN, D. (1991). *The Prize: The epic quest for oil, money and power*. New York: Simon and Schuster.
- YERGIN, D. (2012). *The Quest: Energy, Security, and the remaking of the modern world*. London: Penguin Books.
- SANDERS, D. R. and IRWIN, S. H. (2010). *A speculative bubble in commodity futures prices: cross-sectional evidence*. Agricultural Economics, 41(1): 25–32.
- SANTOS, Theotonio dos. (1987). *Revolução Científico-Técnica e Acumulação de Capital*. Petrópolis: Vozes.
- SERRANO, Franklin. (2013). *A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos 2000: aspectos estruturais*. OIKOS, Rio de Janeiro, Volume 12, n. 2, pgs 168-198.
- SVAMPA, Maristella. (2011). *Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas?* En: Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo (eds.): *Más allá del desarrollo*. Quito: Abya Yala/Fundación Rosa Luxemburg, 185-218.
- TANG, K. and XIONG, W. (2010). *Index investment and financialization of commodities*. Princeton University. Working Paper 16385. National Bureau of Economic Research, Cambridge (Mass), September.
- TAVARES, Maria da Conceição. (1985). *A retomada da hegemonia norte-americana*. Revista de Economia Política, vol. 5, n. 2, p. 5 – 15.
- TORRES, Ernani (2004) *O papel do petróleo na geopolítica americana*. In: FIORI, J.L. (Org.) *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes.
- UNCTAD. (2009). *The Financialization of Commodity*. In: *Trade and Development Report 2009*, United Nations publication, New York and Geneva.
- WATTS, M. (1994). *Oil as money: The devil's excrement and the spectacle of black gold*. In: CORBRIDGE, S.; THRIFT, N. and MARTIN, R. (eds.): *Money, Power and Space*. Oxford: Blackwell, 406-445.
- WIKILEAKS. (2009). *Can the oil industry beat back the pre-salt law?* Public Library of US Diplomacy, December. In: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html>. Acessado em: 15/01/2020.